

A POLÍTICA NA VISÃO DAS CAMADAS POPULARES*

*Luiz Miguel do Nascimento***

Resumo. Há séculos, inúmeros pensadores têm se dedicado a investigar a arte de governar a polis nos seus mais variados aspectos. Em face disso, na atualidade, pode-se dizer que existe um vasto conhecimento acumulado sobre essa temática. No tocante à área da História, por exemplo, basta lembrar que, do surgimento da disciplina na Antiguidade ao início do século XX, a política sempre figurou como o principal objeto de estudo da maioria dos historiadores. Até onde sabemos, no entanto, a discussão sobre a concepção política das camadas populares ainda não faz parte das preocupações centrais dos historiadores do campo político, particularmente em nosso País. Assim, este texto tem como objetivo principal iniciar uma reflexão sobre a concepção política das pessoas pertencentes às camadas populares, visando a entender o significado desta dimensão da vida coletiva para elas. Na mesma direção, também serão feitas algumas considerações sobre a forma de participação política desses sujeitos.

Palavras-chave: Concepção política; Camadas populares; Participação política.

POLITICS IN THE PERSPECTIVE OF THE POPULAR CLASSES

Abstract. For many centuries several philosophers have investigated the art of governing the city in its different and various aspects. Currently it may be said that there is vast accumulated knowledge on the theme. It may be remembered that in History from the rise of the discipline in Ancient Times to the start of the 20th century, politics has always been the main object of analysis for most historians. However, discussions on the concept of politics of the popular classes are still not one of the main concerns of political historians, especially in Brazil. Current text initiates a discussion on the political concept of the popular class people to understand their meaning of the collective life. Other consideration will ensue on the form of political participation of the subjects.

Keywords: Political conception; Popular classes; Political participation.

* Artigo recebido em 16/09/2011 . Aprovado em 19/11/2011.

** Professor do Departamento de História da UEM, Maringá/PR, Brasil. E-mail: lmiguelnascimento@hotmail.com

LA POLÍTICA EN LA VISIÓN DE LOS SECTORES POPULARES

Resumen. Desde hace siglos, innumerables pensadores se han dedicado a investigar el arte de gobernar la polis en sus más variados aspectos. Por lo tanto, puede decirse que en la actualidad existe un vasto conocimiento acumulado sobre esta temática. En lo que se refiere específicamente al área de la Historia, por ejemplo, basta recordar que desde el surgimiento de la disciplina en la antigüedad hasta comienzos del siglo XX, la política siempre figuró como el principal objeto de estudio de la mayoría de los historiadores. Sin embargo, hasta donde sabemos, la discusión sobre el concepto política de los sectores populares todavía no es parte de la preocupaciones centrales de los historiadores del campo político, especialmente en nuestro país. Por lo tanto, en este texto se tiene como objetivo principal iniciar una reflexión sobre el concepto política de las personas pertenecientes a los sectores populares, intentando entender el significado de esta dimensión de la vida colectiva para las mismas. En la misma dirección, también serán hechas algunas consideraciones sobre la forma de participación política de dichos sujetos.

Palabras Clave: Concepción política; Sectores populares; Participación política.

A discussão desta temática, na forma como estamos propondo aqui, pressupõe elaborar uma concepção sobre a política desde os indícios e evidências presentes nas falas de alguns homens e mulheres que não tinham a preocupação, e nem mesmo as condições de produzir um discurso mais elaborado sobre o assunto. Como sabemos, as pessoas com menor grau de escolaridade não têm o hábito de deixar registrado por escrito as suas opiniões, e nem tampouco organizam os seus pensamentos de forma sistemática sobre a política ou qualquer outro assunto. Assim, recorreremos aos métodos da história oral, e da análise de jornais visando a desvendar as maneiras de pensar de algumas pessoas sobre o nosso tema.¹ A exemplo do que sugere Darnton (1986, p. XIV), tentamos proceder como o historiador etnográfico que estuda a maneira como as pessoas comuns entendem o mundo, organizam a realidade em suas mentes e a expressam em seu comportamento.

Ademais, em alguns aspectos, julgamos que a forma de abordar a nossa temática, guardadas as devidas proporções, mantém a semelhança com os estudos de alguns acontecimentos históricos, como as revoluções ou os movimentos sociais, por exemplo, em que o povo, muitas vezes,

¹ Uma discussão mais detalhada sobre como trabalhamos com a história oral e com a imprensa pode ser vista na introdução da nossa tese (NASCIMENTO, 2003).

entra no palco da história como os principais atores dos dramas que são vivenciados. Nesses casos, além das suas reivindicações, tem-se um acesso mais direto sobre o que pensam em relação aos problemas que afetam mais diretamente suas vidas. A par disso, acreditamos que os processos eleitorais são momentos privilegiados para se observar a maneira pela qual as pessoas das camadas populares concebem e participam da política. A propósito, René Rémond argumenta que após a Primeira Guerra Mundial “percebeu-se que uma eleição é também um indicador do espírito público, um revelador da opinião pública e de seus movimentos” (1996, p. 40).

Neste sentido, devemos adiantar que boa parte da discussão que iremos desenvolver neste texto está baseada nas pesquisas que realizamos para a nossa tese sobre a eleição presidencial brasileira de 1989 em Maringá (NASCIMENTO, 2003) e a pesquisa que desenvolvemos sobre a eleição presidencial de 2002, na mesma cidade (NASCIMENTO, s/d. inédito).

Em relação à tese, a documentação utilizada para realizar a pesquisa se baseou na história oral e na imprensa. Uma das questões básicas que orientou o trabalho foi a tentativa de entender como votavam as pessoas pobres com baixo grau de escolaridade, que não faziam parte de nenhum partido, sindicato e nenhuma organização, ou militância política. Em outras palavras, pretendíamos saber o que orientava esses homens e mulheres no momento de darem o seu voto para um determinado candidato. Na busca de respostas para essas indagações, sentimos a necessidade de conhecer melhor o universo cultural, ou os valores dos sujeitos da pesquisa. Por essa razão, a problemática central acabou por transcender a questão do voto propriamente dito, e iniciamos uma investigação sobre o significado da política para as pessoas que não fazem parte do campo político profissional, e, conseqüentemente, nem sempre se baseiam nas suas categorias ou conceitos no momento de se relacionarem com a denominada arte de governar. Da mesma forma, a pesquisa sobre a eleição presidencial de 2002 deu prosseguimento ao estudo dessa temática. Nesse caso, utilizamos as reportagens e enquetes que a imprensa de Maringá realizou com uma parcela do eleitorado da cidade, para tentar observar a concepção política que os entrevistados deixaram registrada nas páginas dos jornais.

Como pode ser observado, as contribuições metodológicas da história cultural tanto foram uma referência para essas pesquisas anteriores, como continuam a ser para as reflexões que iremos fazer neste artigo. Apesar, todavia, da importância desse campo de estudos para o

nosso trabalho, no presente texto não temos espaço e nem a pretensão de fazer uma discussão mais aprofundada sobre o tema. Até porque, a vasta produção bibliográfica sobre a história cultural, já disponível em língua portuguesa, nos dispensa dessa tarefa. Desse modo, para os nossos propósitos, além da obra de Darnton, já apontada anteriormente, é suficiente mencionar resumidamente as concepções de cultura de Ginzburg e Roger Chartier que também servem de inspiração para este artigo.

A nosso ver, na introdução de sua obra *Queijo e os vermes*, Ginzburg fez uma boa síntese sobre a cultura popular, quando afirmou que ela é “o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas num certo período histórico” (1989, p. 16). Nota-se que nessa perspectiva, o eixo das preocupações está mais voltado para as pessoas das camadas populares. Já em relação às discussões de Roger Chartier, vale destacar a sua proposta para a definição do principal objeto da história cultural. Nas suas palavras, ela se propõe a “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (1990, p. 16-17). Neste particular, também são relevantes as recomendações do autor para a necessidade de se conhecer as “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real”. A seu ver, são “estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 1990, p. 16-17).

Independente das várias questões que esses debates sobre a história cultural possam suscitar, gostaríamos apenas de argumentar que o nosso interesse maior nesses estudos reside no fato de que, de uma maneira geral, é a partir do conhecimento da cultura dos sujeitos que os historiadores, a exemplo do que fazem muitos antropólogos, procuram apreender os significados que os homens e as mulheres atribuem às questões que afetam as suas vidas. Ou seja, muitas das pesquisas produzidas pela nova história cultural têm contribuído de forma significativa para a compreensão da forma como os homens comuns entendem o mundo e elaboram as suas estratégias de ação e sobrevivência. Assim, acreditamos que as reflexões elaboradas por essa área do conhecimento são valiosas para o estudo da concepção política e do comportamento eleitoral das camadas populares que, a nosso ver, não podem mais serem explicados apenas em termos de desinformação, de

alienação, de manipulação do eleitor, seja pelos políticos, pela mídia, ou, em uma palavra, pelas classes dominantes.

De outra parte, no tocante à história política, como não poderia deixar de ser, este texto se inspira nas contribuições teóricas e metodológicas do que vem sendo denominado de nova história política. Devemos dizer que não ignoramos a importância dos estudos clássicos sobre a política, uma disciplina que se constituiu como área de conhecimento ainda no início da era moderna.² Na discussão da temática que estamos propondo aqui, no entanto, privilegiamos o diálogo com autores que estudam a arte de governar, acrescentando novas questões a essa herança clássica. Desse modo, se para Max Weber a política significa “a participação no poder, ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado” (1963. p. 98), em nosso caso, estamos mais interessados em saber o que os cidadãos comuns pensam de tudo isso, ou seja, qual é o significado da política e de suas lutas para essas pessoas.

Queremos, portanto, seguir um caminho diferente daquele trilhado pela história política tradicional que, após as primeiras décadas do século XX, passou a ser censurada justamente por ser elitista, por só se interessar pelas minorias privilegiadas, esquecendo-se do povo, ou das camadas populares.³ Na atualidade, todavia, como bem observou René Rémond, essa crítica não se justifica mais “contra uma história que pretende integrar todos os atores – mesmo os mais modestos - do jogo político, e que se atribui como objeto a sociedade global” (1996. p. 33). Dessa forma, ao invés da ênfase nas grandes batalhas, heróis e mitos nacionais, abre-se a possibilidade de se estudar os personagens anônimos e os grupos sociais marginalizados das instâncias de poder. Partindo dessa perspectiva, neste texto, procuramos investigar a imagem ou a concepção que os populares⁴ - entendidos como pessoas de baixa renda e baixa

² Existe um consenso de que Maquiavel estabeleceu as bases do pensamento político moderno quando se distanciou da escolástica medieval, e, à semelhança dos renascentistas, procurou fundar uma nova ciência baseada na investigação empírica; o objeto das suas reflexões seria a realidade política pensada como prática humana concreta, cuja ênfase seria focada no poder do Estado. Com esse procedimento, ele fundamentou o conhecimento secular e autônomo do político, separado da ética e do direito (MARTINS, 1999).

³ Uma boa síntese das críticas que a história política tradicional sofreu na França nas primeiras décadas do século XX pode ser vista em Jacques Julliard (1988).

⁴ Para uma discussão mais aprofundada sobre o conceito de popular, ver Geneviève Bollème (1986).

escolaridade - possuem da política/poder, dos políticos, e, portanto, da vida pública em geral.

Inicialmente, deve ser observado que nas poucas vezes em que encontramos o pensamento letrado tratando de algum aspecto desta questão, a nosso ver, as abordagens quase sempre não dão conta daquilo que para nós é o eixo central do problema. A propósito, para alguns estudiosos, o relacionamento do cidadão comum com a política não se faz de forma correta porque lhe falta o conhecimento adequado sobre esta atividade. Em que pese este raciocínio não esteja completamente errado, ao que parece, ele peca por partir do pressuposto de que a arte de governar tem um significado único para todas as pessoas. Assim, tudo se passa como se na vida real existisse um tipo ideal de política, de Estado, de partido etc e conseqüentemente, deveria existir um tipo ideal de eleitor. Bolívar Lamounier (1975) relatou que alguns estudiosos da política parecem acreditar que os eleitores deveriam ter saído em carne e osso das páginas de Rousseau.

Pierre Bourdieu (1989), por exemplo, argumenta que a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é substancialmente favorecida pelo desapossamento econômico e cultural da maioria da população; por essa razão, a atividade política se torna o monopólio de alguns profissionais. Essa desigual distribuição dos instrumentos de representação do mundo social faz com que a política seja descrita na lógica da oferta e da procura. Dessa forma, os produtos políticos gerados pela concorrência entre os profissionais do campo político: problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos devem ser escolhidos pelos seus cidadãos com menor escolaridade, reduzidos ao estatuto de consumidores, cuja probabilidade de mal entendido é tanto maior quanto mais estiverem afastados do lugar de produção desses conceitos e significados.

Evidentemente que a reflexão de Bourdieu é muito importante para nos mostrar que a atividade política, entendida como ciência ou arte de dirigir os negócios públicos, ao se transformar em um conjunto de rituais, regras e conceitos, distanciou-se muito da vida cotidiana das pessoas comuns e acabou por constituir um campo fechado, praticamente inacessível para a maioria dos cidadãos que não são políticos profissionais e nem militantes. Mas, fica a pergunta: será que é só a falta de educação formal e de renda que gera esse "mal entendido"? Da mesma forma, poderíamos acrescentar outra indagação: será que os cidadãos das camadas populares sempre consomem esses produtos políticos de forma passiva, como é muito comum se imaginar? Em relação a esta última

questão, pode-se dizer que a resposta é negativa. Basta lembrar que há muito tempo os cientistas políticos descobriram que, no Brasil, grande parte dos eleitores votam sistematicamente contra o governante de plantão, cuja avaliação não corresponde às expectativas (MOISÉS, 1990).

Sobre a proposição formulada por Bourdieu, a nosso ver, ela não rompe suficientemente com algumas limitações do pensamento letrado na avaliação desse tema. Nela, ainda, estão implícitos alguns indícios da ideia de alienação. Em função disso, acreditamos que uma formulação nesses termos não dá conta de explicar satisfatoriamente esse processo. Dito de outra forma, não basta constatarmos que os populares não compreendem bem o funcionamento do campo político por falta de instrução ou desinformação a respeito. Talvez, o mais correto fosse dizer que esse campo e a vida cotidiana das pessoas comuns formam dois universos muito distintos, e, ao invés de tentarmos perscrutá-los à luz de uma lógica mais própria ao pensamento letrado, deveríamos atentar para as suas especificidades de funcionamento, ou seja, deveríamos procurar descobrir as formas pelas quais as camadas populares veem e participam da política pelas suas percepções e dos seus valores, sem julgá-los “a priori” como certos ou errados, mais ou menos elaborados etc.

Pensamos que dificilmente vamos entender a concepção política das camadas populares a partir de pressupostos que ignoram o saber cotidiano. Como argumenta Patrick Champagne (1996), o mundo político não é apreendido por todos pelas categorias de percepções peculiares à política; pode haver política que venha a se exprimir por palavras diferentes daquelas utilizadas pelos seus profissionais. Para o autor, não podemos atribuir a todos os esquemas de pensamento desse campo. Concordamos, portanto, com Champagne sobre a necessidade de situar os comportamentos e os discursos dos agentes sociais em relação às estruturas mentais por intermédio das quais a política é percebida, e que estão longe de serem idênticas, nas suas palavras, às dos cientistas políticos.

Nessa direção, vale lembrar as reflexões de Pierre Rosanvallon sobre a história conceitual do político, a qual tem como objeto compreender a formação e a evolução das racionalidades políticas, ou seja, os “sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um País ou grupos sociais conduzem sua ação, encaram seu futuro” (ROSANVALLON, 1995, p. 16). Estas representações não são, a exemplo das mentalidades, uma globalização exterior à consciência dos atores, mas resulta do trabalho permanente de reflexão da sociedade

sobre ela mesma. Desse modo, na perspectiva do autor, a história conceitual do político tem por objetivo:

Fazer a história da maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais procuraram construir as respostas àquilo que perceberam mais ou menos confusamente como um problema; Fazer a história do trabalho realizado pela interação permanente entre a realidade e sua representação definindo os campos histórico-problemáticos (ROSANVALLON, 1995, p. 16-17).

Acreditamos que esta é uma indicação teórica e metodológica bastante valiosa sobre a maneira como o historiador deve proceder na investigação da temática que estamos propondo aqui. Em outras palavras, se quisermos conhecer o significado da política para as camadas populares e a forma como participam dessa dimensão da vida coletiva, não podemos ignorar os sistemas de representações que comandam a maneira pela qual esses grupos sociais conduzem as suas ações. Pensamos que essas representações são formadas por experiências da vida cotidiana, cuja relação com o campo político,⁵ quando há, é sempre muito complexa.

Ao analisar as nossas fontes, tanto orais quanto escritas, sobre as eleições presidenciais brasileira de 1989 e 2002, encontramos fortes evidências de que os homens e as mulheres que não dominam as regras e a linguagem do campo político profissional, e entre eles até mesmo pessoas com curso superior, geralmente falam e participam da política utilizando-se de saberes, princípios e critérios diferentes daqueles consagrados pelo pensamento letrado. Tudo se assemelha ao encontro de universos muito distintos, e os períodos eleitorais são momentos privilegiados para estudar esse processo. Provavelmente, essa deve ser uma das principais razões pelas quais, muitas vezes, não se consegue explicar o voto e o comportamento dos populares em relação à política a partir de categorias ou conceitos elaborados por esse campo. O próprio

⁵ Para Bourdieu, o campo político é o campo de forças e “campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento”. Dito de outra forma, o autor utiliza o conceito de campo político quando se refere à lógica ou à estrutura de funcionamento das atividades políticas praticadas pelos governantes, pelos políticos profissionais, pelos partidos políticos, pelas demais instituições oficiais do Estado, pela imprensa, além dos próprios institutos de ciência política que desfrutam de certa “autoridade”, baseada no saber, para falar sobre a política (BOURDIEU, 1989) Já uma discussão sobre o conceito de representação pode ser visto em (CHARTIER, 1990).

Bourdieu (1987) observou, em outro texto em que discutia a questão da opinião pública, que as pessoas podem engendrar respostas para diferentes problemas a partir de um sistema de valores implícitos, interiorizados desde a infância.

Desse modo, acreditamos que para entender como o cidadão comum concebe e participa da política, não é suficiente constatarmos que o baixo grau de instrução ou de informação contribui para os seus “erros” ou “despolitização”. Se assim fosse, teríamos de explicar porque pessoas com curso superior e acesso à informação não dominam adequadamente o conhecimento sobre a política. Naturalmente que não devemos negar a relevância desses elementos: grau de escolaridade e informação. Mas, para apreendermos melhor essa problemática, devemos levar em consideração que o homem comum tem como instrumento básico de percepção, as referências da vida cotidiana. Esse universo e o campo político, ainda que possam se relacionar de alguma maneira, operam com códigos de conhecimentos muito distintos. Dessa forma, na vida do dia a dia os produtos do campo político são apropriados por concepções diferentes daquelas que são inerentes às suas atividades. Mesmo para as pessoas das camadas populares que não desconhecem certos elementos do pensamento letrado, ou da ciência política, ainda assim, na hora do voto, normalmente mobilizam valores éticos/morais, religiosos, que constituem outra maneira de se relacionar com a vida pública.

Por esse motivo, pensamos que, em grande parte, é isto que produz os resultados “inesperados” das eleições. Dito de outra forma, e talvez carregando demasiadamente no argumento para ilustrar nosso raciocínio, tudo se passa como se nos momentos eleitorais dois universos distintos, saber cotidiano e campo político, se encontrassem de forma mais explícita; os rumos da votação – além do contexto político, econômico e social de cada eleição – em boa parte, resulta do diálogo estabelecido no passado e no presente entre esses dois campos. Assim, a direção que pode tomar o processo eleitoral também depende da cultura política⁶ incorporada pelos eleitores por intermédio das suas experiências, ao longo do tempo.

⁶ Para Giacomo Sani, a cultura política designa o conjunto de atitudes, normas, crenças mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social, tendo como objeto fenômenos políticos. Assim, compõem a cultura política de uma sociedade os conhecimentos, ou sua distribuição entre os indivíduos que a integram, relativos às instituições, à prática política, às forças políticas operantes em um determinado contexto; as tendências mais ou menos difusas, como a indiferença, o

É importante enfatizar que alguns conceitos ou categorias do campo político moderno foram elaborados pelo pensamento letrado, cujos cânones ainda não orientam a vida do dia a dia de grande parte dos homens. Para estes, não ocorreu um total desencantamento do mundo, como esperava Max Weber (1963). Quando o assunto é a política ainda existe muita gente esperando que Deus toque o coração do governante, ou ilumine suas ações. Devemos observar, todavia, que, muitas vezes, uma boa parte do pensamento letrado trata essas atitudes tão comuns na vida cotidiana das pessoas meramente em termos de desinformação, obscurantismo, ou como a noite escura dos tempos à espera da iluminação. Como argumenta Michel de Certeau (1999), as práticas e atitudes da vida cotidiana são tratadas por muitos estudiosos como se estivessem à espera de um saber “esclarecido” que lhes falta.

Evidentemente que se pensarmos a cultura como um campo de forças para o estabelecimento de valores ou um sentido hegemônico sobre as relações políticas, econômicas e sociais, na perspectiva de Raymond Williams (1979), parece plausível acreditarmos que, por intermédio do processo de convivência com eleições, partidos políticos e outras instituições públicas, as camadas populares se familiarizam com essas questões. Mas como ocorre a apropriação desses produtos políticos ou os significados que são atribuídos a eles nem sempre recebem a devida investigação. Acreditamos que essa incorporação, com frequência seletiva, não se faz dentro dos parâmetros imaginados por muitos estudiosos do tema.

Até porque, a exemplo da constatação que fizemos nos depoimentos de vários entrevistados, o conhecimento sobre algumas noções sobre a política não é adquirido apenas por intermédio dos ensinamentos do pensamento letrado. Há muitos meios e lugares que possibilitam as pessoas entrarem em contato com determinados assuntos relativos à arte de governar. Ao lado do aprendizado adquirido nas notícias de televisão, no rádio, nos jornais, na escola - frequentada por poucos anos, como é o mais comum, - existe o aprendizado adquirido no local de trabalho, na igreja, com os amigos/vizinhos e com a família. Esses são os espaços e meios mais usuais por intermédio dos quais as

cinismo, a rigidez, o dogmatismo; ou o sentido de confiança, a adesão, a tolerância para com as forças políticas diversas da própria etc. Finalmente, as normas, como o direito-dever dos cidadãos a participar na vida política, a obrigação de aceitar as decisões da maioria, a exclusão ou não do recurso a formas violentas de ação. Fazem parte, também, a linguagem e os símbolos especificamente políticos, como as bandeiras, as contrassenhas das várias forças políticas, as palavras de ordem, etc (SANI, 1997).

peças se informam, e trocam opiniões sobre as coisas da vida pública, entre outras. Logo, o significado da política ou de suas mensagens, antes de serem apropriados, passa por uma espécie de filtro, ou decodificação, nesses lugares e meios de aprendizado e de práticas que compõem a vida cotidiana.

Neste sentido, o trabalho com a pesquisa em história oral que desenvolvemos para a nossa tese com um total de 15 entrevistas forneceu evidências de que a concepção política das pessoas das camadas populares tem uma peculiaridade própria. A bem da verdade, como dissemos anteriormente, nela é possível encontrar fragmentos de conhecimento elaborado pelo pensamento letrado, mas a sua base principal parece ser formada pelas experiências da vida cotidiana. A maioria dos depoentes demonstrou ter alguma informação sobre a importância da política e, muitas vezes, procuram, com as suas próprias palavras, defini-la. Muitos a associaram à ideia de administração: executivo, prefeitura, governo estadual e federal; outros disseram que a política é um ato de tomar uma decisão; houve até o caso de uma senhora que descreveu a política como um processo de disciplina da vida.⁷

Ao analisar os depoimentos de alguns entrevistados, no entanto, foi possível constatar a existência de uma imagem que situa a política e o poder de forma bastante hierarquizada e distante do cotidiano de suas vidas. Essas falas, em alguns momentos, transmitem a ideia de que diante da onipotência do poder, os cidadãos comuns deixam de acreditar nas suas possibilidades de exercer influência sobre o funcionamento dessa entidade aparentemente inacessível para eles. Da mesma forma, a maioria dos depoentes manifestou pessimismo em relação à política, às vezes, vista como um lugar que corrompe. Pior do que isso era a imagem que possuíam dos políticos, considerados mentirosos e desonestos.

A época da eleição, todavia, é percebida como o tempo da política e, nesse momento, a ação dessas pessoas contrasta com o pessimismo presente em seus discursos. Ao que parece, passa a existir alguma crença em mudanças, ou melhora para a situação em que vivem, ou seja, nesses momentos muitos eleitores sabem que têm um poder em suas mãos e procuram, à sua maneira, interferir nos rumos da política. Neste sentido, apesar de todas as críticas à política e aos políticos, os depoentes demonstraram ter algum conhecimento sobre a importância da política

⁷ Esta depoente se chama Edméia Maria de Oliveira. Em 2000, na época da entrevista, ela tinha 50 anos de idade, havia cursado até a 5ª série do antigo ginásio e trabalhava como auxiliar de serviços gerais em uma escola municipal.

que, entre outras coisas, define o emprego, os salários, os preços dos produtos, os transportes e a educação. Talvez, seja por essa razão que alguns disseram, com muita propriedade, que a política faz parte da vida das pessoas. Assim, essa deve ser uma das explicações para o fato de que uma grande parcela da população ainda continua votando, eleição após eleição, apesar de tudo o que muitos políticos aprontam.

Como se observa, boa parte dessas referências em relação à vida pública que aparecem nas falas dos entrevistados, salvo algumas exceções, estão muito próximas da maneira como o pensamento letrado trata essas questões. Mas essa simetria, entretanto, não é o que predomina; foi possível encontrar outras referências sobre o tema no universo mental desses homens e dessas mulheres. Verificamos, por exemplo, que a religião tem uma presença significativa na formação dos valores políticos de muitos entrevistados. Ao que tudo indica, ela pode influenciar as suas percepções e a participação na vida pública. Com muita frequência mencionam a religião quando emitem opinião sobre a arte de governar. Talvez, seja por esse motivo que a maioria absoluta dos homens e das mulheres com os quais entrevistamos não votaria em um candidato ateu. Assim, entre essas pessoas, ficou evidente a assertiva de René Rémond (1996), quando argumenta que apesar de não existir uma causa única para explicar o fenômeno eleitoral, de todas as correlações de causas observadas no estudo desse processo, a mais estável continua sendo entre opiniões políticas e crenças religiosas.

É interessante destacar que essa mistura entre religião e política está presente até mesmo nas falas de pessoas que demonstraram ter alguma noção sobre o significado e a importância da arte de governar. Dessa forma, encontramos depoentes cujo discurso sobre a política ora era influenciado por algumas referências do pensamento letrado, - que tanto podem ser adquiridas na mídia como em alguns anos de escola - ora era influenciado pela religião. Aliás, enfatize-se que para algumas pessoas a religião parece ser a referência principal quando o assunto é a política. Um dos homens com os quais entrevistamos, votou conscientemente na oposição, na eleição para Prefeito de Maringá em 2000, e esperava que ele realizasse mudanças na administração local; mas, ao se referir à distância da atividade política em relação à vida cotidiana, ele a comparou a um Deus onipotente, contra o qual não é possível fazer nada.⁸ Outro depoente, que também possuía um razoável grau de

⁸ Este depoente se chama Elias Daniel da Silva. Em 2000, época da entrevista, ele tinha 43 anos de idade, havia estudado até o 4º ano do antigo primário e trabalhava como cabeleireiro no bairro em que morava.

informação sobre a política, foi na mesma direção, quando mencionou a referida eleição; nesse caso, ele relatou esperar que entrasse um iluminado na administração da cidade.⁹

Mesmo quando analisamos as reportagens e enquetes da imprensa, tanto em 1989 quanto em 2002, essa questão se fez presente. Por exemplo, na reportagem de uma matéria do jornal *O Diário do Norte do Paraná* sobre a eleição presidencial de 1989, uma zeladora de 53 anos, ao ser interrogada sobre, disse esperar que Deus tocasse o coração de alguém e que o futuro Presidente fosse um homem bom (ELEITOR, 1989, p. 2). Da mesma forma, na eleição presidencial de 2002, o Jornal do Povo fez uma enquete sobre a indecisão dos eleitores em Maringá e constatou que, na dúvida, apareceu até mesmo entrevistado que preferia depositar o seu voto em candidatos ligados à instituição religiosa. Uma dessas pessoas afirmou que como não era possível saber em quem confiar ela decidiu ficar apenas com candidatos ligados à obra de Jesus (PEROM, 2002, p. 5).

Iríamos longe enumerando as evidências dessa relação entre a religião e a política que aparecem com frequência nas falas das pessoas das camadas populares, quando se referem a essa temática. Para os nossos propósitos, vamos mencionar apenas mais um exemplo para demonstrar que a religião pode influenciar até mesmo as formas como as categorias esquerda e direita são vistas na vida cotidiana por algumas pessoas. Com isso, esperamos fornecer mais uma evidência que ilustra muito bem as maneiras peculiares pelas quais a política, os seus conceitos e as suas categorias são apropriados na vida cotidiana.

Nas nossas entrevistas de história oral, procuramos saber se a ideologia influenciava o comportamento eleitoral das pessoas das camadas populares; para tanto, perguntávamos se elas votavam na esquerda,¹⁰ na direita, em partidos etc. Na época, ano de 2001, chamou-

⁹ Este depoente se chama José Aparecido de Oliveira. Em 2000, época da entrevista, ele tinha 44 anos de idade, havia estudado até o 4º ano do antigo primário e trabalhava como vendedor de secos e molhados.

¹⁰ Aqui, os conceitos de esquerda e de direita estão baseados em Norberto Bobbio, para quem o critério mais frequente adotado para distinguir a direita da esquerda é a diversa postura que os homens organizados em sociedade assumem diante do ideal de igualdade. Na sua perspectiva, a esquerda é mais igualitária, contando que não se considere o igualitarismo como a utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, e sim como uma tendência a exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais. Em termos práticos, essa postura visa a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais. Para a esquerda, a maior parte das desigualdades são sociais e, por esta razão, passíveis de serem eliminadas. Já a direita,

nos bastante a atenção os motivos que um dos nossos depoentes apresentou para rejeitar a esquerda e votar em candidatos da direita. Naturalmente que ele não tinha clareza sobre esses conceitos, mas alegou que o caminho de Deus era o da direita, e o caminho da esquerda era contrário ao Criador. Por isso, ele ficava com a direita.¹¹ Neste sentido, parece estarmos diante de uma forma muito original por intermédio da qual essas categorias do campo político são apropriadas no cotidiano de muitas pessoas tendo como referencial o aspecto religioso. Em outras palavras, trata-se de uma acepção que está muito distante dos significados que o pensamento letrado tem atribuído as essas questões.

Outra peculiaridade na forma de participação política desse mesmo depoente foi constatada quando ele nos relatou que não gostava de votar em branco. Quando procuramos analisar a sua fala, percebemos que os motivos pelos quais ele comparecia às urnas tinham pouco a ver com a adesão a valores democráticos, e, portanto, com valores universais da política. Tratava-se de uma prática, como ele admitiu, baseada em ensinamentos familiares, e, ao que tudo indica, expressa em uma matriz discursiva inspirada em valores de uma vida rural, a julgar pela analogia que esse homem fez entre voto e semente, e a profissão de lavrador que ele exerceu por muitos anos. A seu ver, votar em branco era o mesmo que plantar uma semente que não iria gerar fruto. Nesse caso, a importância do voto e, conseqüentemente, da política, é percebida a partir da sua associação com valores e práticas da vida cotidiana, transmitidos de geração em geração. Nada, portanto, que tenha sido aprendido nos cânones do pensamento letrado, ou no campo político profissional, mas sim com ensinamentos familiares.

Evidências como essas nos permitem acreditar, portanto, que se quisermos entender as formas de participação política da maior parte das pessoas das camadas populares, temos de levar em consideração, como já dissemos, que a sua concepção política é formada basicamente pelas experiências da vida cotidiana. Sobre isso, pode ser observado que, ao analisar as falas desse e de outros depoentes, a opinião de algumas pessoas que apareceram nas páginas da imprensa de Maringá, tanto em 1989 quanto em 2002, além de pesquisas de opinião pública do

mais inegalitária, parte da convicção de que as desigualdades são naturais e, portanto, inelimináveis (BOBBIO, 1995).

¹¹ Este depoente se chama Ângelo Ferreira da Cruz. Em 2001, na época da entrevista, este senhor tinha 64 anos de idade, possuía apenas dois anos de escolaridade realizada recentemente, era aposentado, e havia trabalhado na roça a maior parte de sua vida.

Datafolha, chegamos à conclusão de que a maioria dos eleitores desse universo social não se baseia em ideologia para falar sobre a política, ou para votar nos momentos eleitorais.

Segundo alguns estudiosos da ideologia, tanto na Ciência como na Sociologia política contemporânea, este conceito tem sido pensado mais na perspectiva de um sistema de crenças políticas, ou seja, “um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos” (STOPPINO, 1997, p. 585). Mesmo se considerarmos essa concepção bastante limitada de ideologia, seria difícil acreditar que ela possa orientar a participação política das camadas populares. Com base nas evidências que apontamos anteriormente, acreditamos que sistemas de crenças políticas, ou ideias e valores respeitantes à ordem pública, não são compartilhados da mesma maneira por todas as pessoas que vivem em uma sociedade em determinado momento. A nosso ver, isso só poderia ser aceito como válido para aquelas situações em que essas questões relacionadas à vida política já estivessem sido incorporadas pelos cidadãos, pelo razoável tempo de experiências com a democracia, com os partidos políticos, com as eleições etc.

Para o caso brasileiro, por exemplo, se consideramos que o processo mais amplo de democratização política começou em torno de 1946, e foi interrompido pelo golpe militar de 1964, que nos impôs 21 anos de ditadura, temos, então, quatro décadas, aproximadamente, de experiência democrática. Ainda assim, esse processo não foi contínuo, mas separado pelas duas décadas que durou a ditadura militar. Isso significa pouco tempo, se comparado aos Estados Unidos e a alguns países europeus onde a democracia política já tem quase dois séculos.

Consideramos, portanto, que o tempo de experiência das camadas populares brasileiras com o funcionamento normal da vida política, entendida como a democracia, as eleições, os partidos, os programas, as ideologias etc, ainda não é suficiente para que elas pudessem ter adquirido um conhecimento razoável sobre todas essas questões. Pensamos que esse aspecto ou cultura política, não pode ser apreendido em curto prazo; é preciso acompanhar como ela se formou historicamente, o que pressupõe observar as suas mudanças e as suas permanências por várias décadas. Para o caso da França, como lembra Serge Berstein “foram precisos três quartos de século entre o nascimento da ideia republicana e a implantação na sociedade de uma cultura política republicana verdadeiramente coerente” (1998, p. 355-356). Em relação ao

Brasil, a nosso ver, o aprendizado sobre a democracia ainda é um processo em curso.

Assim, além de se considerar o tempo que se leva para adquirir uma cultura política, acreditamos que ainda teríamos de analisar a maneira pela qual essa experiência com a vida política e suas instituições foi vivenciada e assimilada pelos cidadãos das camadas populares num determinado período de tempo. Sobre isso, pode ser dito que, tradicionalmente, o funcionamento da política brasileira, particularmente no que se refere à atuação do Estado, do Congresso Nacional, bem como da maioria dos partidos políticos e dos políticos profissionais, salvo raras exceções, não tem sido capaz de atender às expectativas e às necessidades básicas das camadas populares. Por conta disso, em nosso País, com muita frequência a política e a maioria das instituições públicas são vistas de forma negativa pelos cidadãos comuns.

Pensamos, portanto, que a formação de uma cultura política inspirada nos valores básicos da democracia, que possa ser assimilada pelas camadas populares, depende não só da experiência que elas possam adquirir por intermédio da sua participação na vida pública, mas também da maneira como esse processo é vivenciado. Certamente que isso está relacionado com as formas de organização e funcionamento da política em qualquer sociedade. Mas, acreditamos que, na vida cotidiana da maioria das pessoas com baixa renda e pouca escolaridade, o governo, o parlamento, os partidos políticos, os políticos profissionais e, numa palavra, a política só são bem vistos quando efetivamente demonstram a sua importância por intermédio de resultados práticos. Em face disso, parece correto dizer que o cidadão comum só vai incorporar de forma mais positiva o significado da política e da democracia quando elas fizerem sentido para a sua vida, na forma de melhorias concretas. Em outras palavras, quando ficar claro para ele, por exemplo, que a democracia é um regime político muito melhor do que uma ditadura.

Como tem apontado alguns estudiosos da política brasileira, só a democracia política sem uma ampliação na distribuição de renda e melhoria nas condições de vida das camadas populares não é suficiente para fazer com que essas pessoas possam dar maior valor à política, à democracia, e às demais instituições públicas. No início da década de 1990, Weffort argumentava que, em países pobres como o nosso, onde praticamente metade da população não recebia nem mesmo os benefícios mínimos do desenvolvimento, “a consolidação da democracia dependerá também da sua eficácia para resolver problemas econômicos e sociais” (1992, p. 19-40). Na mesma direção, Muszynski (1990) lembrava que o

discurso de superação da ditadura militar brasileira na década de 1980 associava o advento da democracia à implementação de medidas de impacto, capazes de sanar, em curto espaço de tempo, os graves problemas econômicos da maioria da população. Como sabemos, do ponto de vista do crescimento econômico e da distribuição de renda, a década de 1980 foi considerada uma década perdida no Brasil. Nesse quesito, o primeiro governo civil após a ditadura militar, encerrada em 1985, foi um grande fracasso.¹²

É bem provável que fatos como esse e tantos outros da política brasileira recente não tenham contribuído para valorizar a imagem da democracia perante a opinião pública, e, conseqüentemente, podem ter ajudado a diminuir a sua importância como instrumento indispensável para o bom funcionamento da vida política. Sobre isso, vale lembrar que no ano de 2000, pesquisa de opinião pública do Datafolha revelou que apenas 47% dos brasileiros eram favoráveis à democracia; se somados aos que aceitavam uma ditadura em certas circunstâncias (18%) aos que responderam que tanto faz (29%), verificava-se um empate entre as pessoas que preferiam a democracia e aquelas que aceitariam um regime autoritário. Segundo Clovis Rossi (2000, p. A 28), em fevereiro de 1992, esses números já haviam sido piores; somente 42% dos entrevistados pelo Datafolha preferiam a democracia. Em que pese todos os problemas que podem ser mencionados em relação à metodologia utilizada nas pesquisas de opinião pública,¹³ esses dados não deixam de apontar evidências preocupantes sobre o baixo índice de aceitação da democracia entre nós.

Em conformidade com o argumento central que vimos desenvolvendo neste texto, é importante ressaltar, todavia, que se a democracia ainda não se consolidou totalmente entre as camadas

¹² O processo de redemocratização do País, com o fim da ditadura civil militar e a passagem do poder aos civis, ficou conhecido como Nova República. Tancredo Neves, do PMDB, foi eleito Presidente da República por um Colégio Eleitoral em 1985, tendo como vice José Sarney, egresso do PDS. Tancredo Neves, em quem a população parecia depositar confiança e esperança, faleceu antes de tomar posse no cargo. Naquelas circunstâncias, Sarney assumiu a Presidência da República sem nenhum prestígio político para governar a Nação. Na verdade, essa transição foi feita sob a égide de um acordo político conservador que, na essência, mascarava o continuísmo das estruturas políticas de mando, sob a capa de um verniz democrático. Talvez, essa seja uma das principais razões para o fracasso do governo Sarney em termos de distribuição de renda e melhoria das condições de vida da população mais pobre do País.

¹³ Para uma discussão sobre as limitações da metodologia utilizada nas pesquisas de opinião pública ver (BOURDIEU, 1987).

populares do País, isso se deve fundamentalmente à forma de organização da nossa sociedade, e, conseqüentemente, às peculiaridades do funcionamento da política no Brasil. Em nossa história, só para ficarmos no século XX, as manifestações de desprezo pela democracia por parte de grande parte da elite política dirigente ocorreram com muita frequência. Assim, não podemos simplesmente responsabilizar os homens e as mulheres das camadas populares pelas limitações das nossas instituições democráticas, se a maioria dos profissionais do campo político raramente faz a sua parte para ajudar a fortalecê-las.

A exemplo do que relatamos anteriormente, se a adesão das camadas populares à democracia e às demais instituições públicas depende do tipo de experiência que a vida política lhes proporciona ao longo de um certo período de tempo, deve ser lembrado que aqui, na Terra de Santa Cruz, com muita frequência, essa experiência tem sido negativa. Acreditamos que nessas condições dificilmente pode ser esperado que ocorra um aprendizado positivo sobre o funcionamento do campo político no cotidiano e, portanto, que as suas instituições e seus valores sejam incorporados de forma natural na vida das pessoas. Sem que esses pré-requisitos se realizem, pensamos que não tem muito sentido falar que as camadas populares participam da política de forma errada, que elas são desinformadas, desinteressadas e apáticas. Da mesma forma, para lembrarmos uma vez mais Bourdieu (1989), também não é suficiente afirmar, como argumenta o autor, que o desapossamento econômico e cultural dessas pessoas aumenta o mal entendido no consumo dos produtos políticos.

Isto posto, gostaríamos de concluir estas reflexões lembrando uma vez mais que, a nosso ver, a concepção política das pessoas pertencentes às camadas populares é formada fundamentalmente pelos valores da vida cotidiana e pelo tipo de experiência que elas vivenciam em relação ao campo político. Se estivermos certos, estes são dois elementos fundamentais para se entender as formas de participação política desses homens e dessas mulheres. Além desses aspectos, muitas vezes, a votação em um processo eleitoral também pode ser orientada pela insatisfação com a situação econômica e política do momento e pela simpatia com um determinado candidato. Acrescente-se, ainda, que a maior parte desses eleitores pode votar por influência da família, dos amigos, dos vizinhos, dos colegas de trabalho, da religião e por muitos outros motivos difíceis de serem mapeados. Desse modo, pensamos que quando eles optam, por exemplo, pelo lado conservador do campo político, não o fazem por convicções ideológicas, mas, basicamente, por influência desse conjunto

de referências que lhes faz acreditar que a escolha de um determinado candidato pode ser a melhor para as necessidades de suas vidas.

As evidências encontradas nas nossas pesquisas nos fazem acreditar que, quando se trata da participação política dos homens e das mulheres das camadas populares, não faz muito sentido falar que eles são conservadores, de direita ou de esquerda, porque esses conceitos, salvo raras exceções, não têm referência na vida cotidiana. Aliás, na atualidade, parece que já não existe mais um consenso sobre alguns desses conceitos nem mesmo entre os intelectuais. Então, como esperar que os menos letrados saibam discernir os seus significados e orientem a sua participação política com base nessas noções?

REFERÊNCIAS

- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Edunesp, 1995.
- BOLLÈME, Geneviève. *O povo por escrito*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENTE, Michel J. M. (org.). *Crítica metodológica, investigação social & enquete operária*. 5. ed. São Paulo: Editora Polis, 1987. p. 137-151.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. arte de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- DARNTON, Robert. Apresentação. In: *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Tradução de Sonia Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ELEITOR quer ouvir propostas de candidatos; intriga à parte. *O Diário do Norte do Paraná*. Maringá, p. 2, 30 ago. 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORRA, Pierre, (org.). *História: novas abordagens*. Trad. Henrique Mesquita. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 180-196.

LAMOUNIER, Bolívar. Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente. In: LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique (org.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MARTINS, Carlos Estevam. Vida e obra. In: MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe: escritos políticos*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999. (Coleção os Pensadores).

MOISÉS, José Álvaro. Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidade. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 22, p. 133-187, dez. 1990.

MUSZYNSKI, Judith. Cultura política, democracia e eleições. In: LAMOUNIER, Bolívar, et al. *Cem anos de eleições presidenciais*. São Paulo, IDESP, 1990. p. 17-24.

NASCIMENTO, Luiz Miguel. *Olhar cotidiano sobre a política: a eleição presidencial de 1989 e a eleição municipal de 2000 em Maringá*. 2003. 330 f. Tese (Doutorado) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

NASCIMENTO, Luiz Miguel. *Imagens da política na eleição presidencial de 2002 na imprensa local*. Maringá, s/d. Relatório (Projeto de pesquisa) - Universidade Estadual de Maringá – UEM, inédito.

PEROM, Patrícia. Às vésperas das eleições, maringaense ainda está indeciso. *Jornal do Povo*. Maringá, p. 05, 03 out. 2002.

RÉMOND, René. As eleições. In: RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 37-55.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (org.) *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 13-36.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.15, n.30, p. 9-22, 1995.

ROSSI, Clóvis. 29% não dão importância à democracia. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 16 jul. 2000. Caderno especial sobre eleições, intitulado: retrato do eleitor.

SANI, Giacomo. Cultura política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. (org.). *Dicionário de Política*. Trad. Carmen C. Varriale et al. 9. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997. p. 306-308.

STOPPINO, Mário. Ideologia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de política*. Trad. Carmen C. Varriale et al. 9ª ed., Brasília: EdUnB, 1997. v.1, p. 585-597.

WEBER, Max. A política como vocação. In: *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. p. 97-153.

WEFFORT, Francisco Correia. *Qual democracia?* 2. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

